



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

XII Legislatura - 1.^a Sessão Legislativa

UTAO | Relatório de Atividades

12.09.2012

O Relatório de Atividades é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

1 Nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de agosto e na redação dada pela Resolução da Assembleia da República n.º 57/2010, de 23 de junho, apresenta-se o relatório da atividade desenvolvida pela UTAO durante a 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura.

2 Os trabalhos da UTAO decorreram conforme o Plano de Atividades aprovado na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) de 24.08.2011, para a 1.ª sessão legislativa da XII Legislatura, e de acordo com as orientações e solicitações da Mesa da COFAP.

Atividades

3 Na 1.ª sessão legislativa da XII Legislatura, a UTAO elaborou 50 documentos de cariz exclusivamente técnico, nomeadamente: 11 pareceres e 39 informações técnicas (ver quadro em anexo). O aumento da produção de documentos técnicos da UTAO face a anos anteriores resultou do alargamento das suas competências, nomeadamente ao nível do acompanhamento da execução orçamental (que passou a ser feito numa base mensal) e da dívida pública (novo relatório mensal), mas também devido à elaboração de notas rápidas ou preliminares sobre contas nacionais das administrações públicas. De modo a disponibilizar as análises da UTAO em tempo útil, os prazos de execução dos documentos foram encurtados. Saliente-se que esta redução de prazos procurou corresponder ao compromisso assumido perante a COFAP de encontrar um equilíbrio entre a oportunidade e a profundidade técnica dos documentos produzidos. O acompanhamento da execução do programa de assistência financeira a Portugal no domínio das finanças públicas foi efetuado apenas pontualmente e de forma integrada em alguns dos pareceres e informações técnicas acima referidos.

4 Por solicitação da Mesa da COFAP e/ou do seu Presidente, a UTAO realizou duas avaliações a propostas de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho não previstas no plano de atividades, designadamente:

- COM (2011) 819: relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro; e
- COM (2011) 821: estabelece disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação dos projetos de planos orçamentais e para a correção do défice excessivo dos Estados-Membros da área do euro.

5 O Plano de Atividades para a 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura contemplou um estudo para avaliação da execução e dos resultados alcançados pelo PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, o qual foi solicitado em reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública do dia 24/08/2011. Assim, ao abrigo da Lei n.º 13/2010 de 19 de julho, a UTAO diligenciou no sentido de obter a informação relevante para proceder à referida avaliação, nomeadamente sobre os impactos orçamentais decorrentes da execução do programa. Para esse efeito, a UTAO procedeu à recolha de documentação disponível publicamente e renovou, no dia 7 de dezembro de 2011, o pedido de informação que tinha dirigido à Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E. (GERAP) em dois momentos anteriores.¹ Ainda no decurso da 1.ª sessão legislativa da XII Legislatura a UTAO foi informada pela GERAP de que a proposta de resposta ao pedido de informação solicitado a 7 de dezembro de 2011 tinha sido remetida à respetiva tutela para apreciação e posterior envio à UTAO, conforme ponto de situação apresentado à COFAP a 17 de fevereiro de 2012. Todavia, a informação não chegou a ser disponibilizada, inviabilizando a realização da referida avaliação durante a Sessão Legislativa. Encontram-se também pendentes os elementos solicitados ao GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, do Ministério das Finanças.

6 Registou-se ainda a participação da UTAO na reunião da OCDE, «4th Annual Meeting of OECD Parliamentary Budget Officials» em Paris, França, ocorrida em 23-24 de fevereiro de 2012, e cuja representação foi assegurada pelo Dr. João Miguel Coelho.²

Recursos humanos

7 A UTAO iniciou a 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura com um total de sete consultores técnicos, tendo um destes elementos cessado funções em agosto de 2011. Em dezembro de 2011, os contratos de mobilidade especial e de cedência de interesse público dos técnicos da UTAO foram renovados até ao final da XII Legislatura. Em fevereiro de 2012, o Coordenador da Unidade, Prof. Doutor Carlos Marinheiro, integrou o recém-criado Conselho das Finanças Públicas, tendo a UTAO passado a ser composta por apenas cinco elementos. Em 25 de julho, por deliberação da COFAP, a função de coordenação da UTAO foi atribuída ao Dr. João Miguel Coelho, um dos cinco

¹ Nomeadamente através do Ofício n.º 70/UTAO/2011, de 07.12.2011, renovando o pedido efetuado através do Ofício n.º 29/UTAO/2011, de 10.05.2011, aditado pelo Ofício n.º 36/UTAO/2011, de 02.06.2011, solicitando à GERAP um conjunto de informação relevante para a avaliação da execução e dos resultados alcançados com o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

² As apresentações e o programa deste encontro podem ser consultadas em:

<http://www.oecd.org/gov/budgetingandpublicexpenditures/oecdnetworkofparliamentarybudgetofficialspbo.htm>

técnicos que compõem a unidade. Saliente-se que o plano de atividades para a 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura foi delineado para a composição em vigor em agosto de 2011, i.e. seis elementos, porém as atividades foram desenvolvidas por cinco elementos durante cerca de metade dessa Sessão Legislativa.

Contactos com entidades externas

8 No seguimento da entrada em vigor da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, sob a orientação e anuência da COFAP, a UTAO desenvolveu contactos com diversos serviços e organismos do Ministério das Finanças para a obtenção da informação técnica com carácter regular e permanente, necessária à prossecução das suas competências. Para o efeito, os organismos com os quais se estabeleceram recolhas de informação regular foram os seguintes:

- Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Direcção-Geral do Orçamento;
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.;

9 Fora do âmbito do acesso à informação estabelecido pela Lei n.º 13/2010 de 19 de Julho, foram ainda solicitados elementos ao Instituto Nacional de Estatística e ao Departamento de Estatística do Banco de Portugal relativos às contas nacionais e à dívida das administrações públicas, informação que é da responsabilidade destas entidades.

Acesso aos documentos da UTAO

10 Com o objetivo de melhorar o acesso aos documentos da UTAO por parte de entidades externas, a página da internet da Assembleia da República passou a incluir uma nova referência à unidade através do tópico “Orçamento do Estado e Contas Públicas”, a qual se encontra acessível através da página inicial. Esta ligação presta também informação sobre o enquadramento legislativo e as principais competências das UTAO, permitindo também o acesso a documentos produzidos em anteriores legislaturas. Na página da COFAP foi igualmente colocado um acesso mais direto aos relatórios da UTAO.

ANEXO - Documentos produzidos na 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

N.º Ordem	Data	Tipo	N.º Doc.	Assunto
1	29.06.2011	Informação Técnica	11	Nota mensal da Execução Orçamental - maio de 2011
2	30.06.2011	Informação Técnica	12	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - junho de 2011
3	30.06.2011	Informação Técnica	13	Nota rápida sobre as Contas Nacionais das Administrações Públicas - 1.º trimestre de 2011
4	27.07.2011	Informação Técnica	14	Referente ao PRACE (solicitada na XI Legislatura)
5	27.07.2011	Informação Técnica	15	Nota Mensal da Execução Orçamental e junho de 2011
6	28.07.2011	Informação Técnica	16	Nota Mensal sobre a Dívida Pública de julho de 2011
7	29.07.2011	Parecer Técnico	6	Contas das Administrações Públicas: 1.º trimestre de 2011 (ótica da Contabilidade Nacional)
8	2.08.2011	Informação Técnica	17	1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2011
9	11.08.2011	Parecer Técnico	7	Execução Orçamental, Análise do 1.º semestre de 2011 - Óptica da Contabilidade Pública
10	23.08.2011	Informação Técnica	18	Nota Rápida sobre a Execução orçamental - julho de 2011 (ensaio)
11	01.09.2011	Informação Técnica	20	Nota rápida preliminar sobre o Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015
12	23.09.2011	Informação Técnica	21	Nota Mensal da Execução Orçamental - janeiro a agosto de 2011
13	28.09.2011	Parecer Técnico	8	Documento de Estratégia Orçamental 2011 - 2015
14	29.09.2011	Informação Técnica	22	Nota Mensal sobre a Dívida Pública de setembro de 2011
15	10.10.2011	Informação Técnica	23	Nota sobre as Contas Nacionais das Administrações Públicas - 1. semestre de 2011
16	24.10.2011	Parecer Técnico	9	Análise da 2.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2011
17	25.10.2011	Parecer Técnico	10	Análise à proposta de Orçamento do Estado para 2012
18	04.11.2011	Informação Técnica	24	Nota sobre o ajustamento entre contrabilidade pública e contabilidade nacional - 1.º semestre
19	10.11.2011	Informação Técnica	25	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - outubro de 2011
20	16.11.2011	Parecer Técnico	11	Execução Orçamental - janeiro a setembro de 2011 - Óptica da Contabilidade Pública
21	25.11.2011	Informação Técnica	26	Informação adicional referente ao OE/2012
22	29.11.2011	Informação Técnica	27	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - novembro de 2011
23	30.11.2011	Informação Técnica	28	Nota Mensal da Execução Orçamental - janeiro a outubro de 2011
24	21.12.2011	Parecer Técnico	12	Análise da Conta Geral do Estado de 2010
25	26.12.2011	Informação Técnica	29	Nota mensal de execução orçamental acumulada até novembro de 2011
26	30.12.2011	Informação Técnica	30	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - dezembro de 2011
27	02.01.2012	Informação Técnica	1	Nota rápida sobre as Contas Nacionais das Administrações Públicas: janeiro a setembro de 2011
28	09.01.2012	Informação Técnica	2	Propostas de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho COM (2011) 819 e COM (2011) 821
29	17.01.2012	Parecer Técnico	1	Contas das Administrações Públicas: 3.º trimestre de 2011
30	24.01.2012	Informação Técnica	3	Referente à Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a dezembro de 2011
31	02.02.2012	Informação Técnica	4	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - janeiro de 2012
32	27.02.2012	Informação Técnica	5	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro de 2012
33	02.03.2012	Informação Técnica	6	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - fevereiro de 2012
34	08.03.2012	informação técnica	7	Adenda à Informação técnica n.º 3/2012 - Execução Orçamental em Contabilidade Pública
35	14.03.2012	Parecer Técnico	-	Análise da Conta Geral do Estado de 2010 - Ótica da Contabilidade Pública [Inclui errata]
36	27.03.2012	Informação Técnica	8	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - fevereiro de 2012
37	03.04.2012	Parecer Técnico	2	Análise da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2012 [versão preliminar]
38	13.04.2012	Informação Técnica	9	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - março de 2012
39	30.04.2012	Informação Técnica	10	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - 1.º trimestre 2012
40	22.05.2012	Parecer Técnico	3	Documento de Estratégia Orçamental - 2012-2016 - versão final
41	30.05.2012	Informação Técnica	11	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a abril de 2012
42	06.06.2012	Informação Técnica	12	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - maio de 2012
43	29.06.2012	Informação Técnica	13	Execução Orçamental em Contabilidade Pública: janeiro a maio de 2012
44	02.07.2012	Informação Técnica	14	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - 1.º trimestre de 2012
45	10.07.2012	Informação Técnica	15	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - junho de 2012
46	19.07.2012	Parecer Técnico	4	Contas das Administrações Públicas: 1.º trimestre de 2012 (ótica da Contabilidade Nacional)
47	30.07.2012	Informação Técnica	16	Execução Orçamental em Contabilidade Pública: 1.º semestre de 2012
48	09.08.2012	Informação Técnica	17	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - julho de 2012
49	31.08.2012	Informação Técnica	18	Execução Orçamental em Contabilidade Pública: janeiro a julho de 2012
50	10.09.2012	Informação Técnica	19	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - agosto de 2012